

◆1-Política Econômica

As exportações no primeiro trimestre de 2000: o que há de positivo?

Há um clima de otimismo quanto à evolução da economia brasileira ao longo de 2000. Além da retomada da trajetória declinante da inflação, os indicadores recentes confirmam o maior dinamismo da atividade industrial. As projeções do mercado são de um crescimento real de 3 a 4% do PIB em 2000, o que representará uma significativa recuperação em relação a 1999, quando houve uma expansão de apenas 0,8%.

Além da expectativa de retorno do movimento de redução gradativa das taxas de juros básicas, a perspectiva de um melhor desempenho da economia brasileira em 2000 está calcada, principalmente, em uma performance melhor das exportações. Isto leva a uma questão: há reais motivos para otimismo?

Os resultados do primeiro trimestre do ano mostram números favoráveis. No período de janeiro a março, a balança comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 26 milhões, que apesar de modesto, foi um número expressivamente melhor do que o déficit de US\$ 816 milhões apresentado em igual período de 1999. Este resultado decorreu, principalmente, do crescimento de 20% das exportações, no primeiro trimestre deste ano, contra o mesmo período de 1999 – ver Gráfico 1.1. As vendas externas de produtos manufaturados destacaram-se, apresentando um crescimento de 27,9% no período. Dentre os produtos manufaturados, ressaltaram-se as vendas externas de aviões, aparelhos transmissores e receptores, automóveis de passageiros, motores para veículos, calçados e suco de laranja.

Esta recuperação significativa das exportações resultou, principalmente, da combinação de dois fatores.

Em primeiro lugar, da desvalorização do real frente ao dólar em janeiro de 1999. Segundo a Funcex, as taxas de câmbio R\$/US\$ e efetiva apresentaram, no primeiro bimestre do ano um crescimento real acumulado de 20,2% e 15,8%, respectivamente, contra a média registrada em 1998 – ver Gráfico 1.2.

Em segundo lugar, o resultado positivo das exportações decorreu do crescimento acelerado da economia dos EUA e da recuperação dos mercados mundiais com o final da crise asiática – e do seu reflexo positivo sobre a demanda por produtos brasileiros. Apenas as vendas externas para os EUA expandiram-se 32,2% no primeiro trimestre – ver Tabela 1.1. O crescimento das exportações brasileiras para os países da ALADI foi de 23,8%, e para a Ásia, de 11,1%.

Segundo a Funcex, a recuperação das vendas externas brasileiras continuam resultando do aumento das quantidades exportadas, tendo em vista que os preços de

GRÁFICO 1.1
 EXPORTAÇÕES: VARIAÇÃO DO ACUMULADO NO ANO (%)



TABELA 1.1
 EXPORTAÇÕES: PRINCIPAIS MERCADOS

	Jan/mar(00/99)	Part. % (jan-mar)	
		2000	1999
União Européia	16,9	28,2	29,0
ALADI	23,8	22,9	22,2
Mercosul	9,5	13,9	15,3
Demais	55,1	9,0	7,0
EUA	32,2	24,4	22,1
Ásia	11,1	11,0	11,9
Grupo dos 5	2,3	2,2	2,6
Demais	13,6	8,7	9,2
Europa Oriental	-22,6	1,7	2,6
África	-8,3	2,1	2,8
Oriente Médio	-17,9	2,2	3,2
Total	20,0	100,0	100,0

Fonte: Secex.

GRÁFICO 1.2
 TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$ E EFETIVA REAIS 1998=100

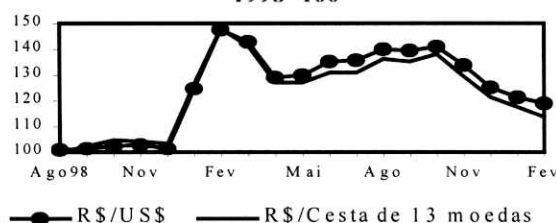
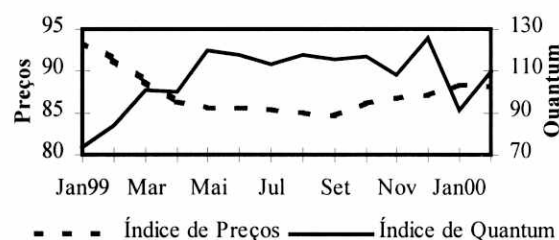


GRÁFICO 1.3
 ÍNDICES DE PREÇO E DE QUANTUM 1998=100



exportação continuam apresentando uma queda significativa em relação à média de 1998. Em fevereiro, o índice de quantum apresentou um crescimento de 9,2%, contra a média de 1998, enquanto que o índice de preços registrou uma queda de 11,7% no período – ver Gráfico 1.3.

Resta esperar que aos fatores positivos apontados anteriormente venham se somar a recuperação dos preços de exportação, de forma que as nossas vendas externas possam apresentar um crescimento ainda mais positivo nos próximos meses. As projeções do mercado para 2000 são de um superávit comercial de cerca de US\$ 3 bilhões.

ÍNDICE

- ◆2 - Nível de Atividade:
O desempenho recente2
- ◆3 - Inflação:
A evolução dos preços.....3
- ◆4 - Finanças Públicas:
As receitas federais em
março..... 4
- ◆5 - Mercado Financeiro:
O comportamento do
mercado de câmbio..... 5
- ◆6 - Setor Externo:
A evolução recente das
Contas Externas.....6
- ◆7 - Operações do BNDES
e da FINAME.....7
- ◆8 - Anexo
Estatístico.....9

◆ 2 - Nível de Atividade

O desempenho recente do nível de atividade

Os últimos dados referentes ao desempenho do nível de atividade apontam para a consolidação do movimento de retomada da atividade industrial.

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou um crescimento de 16,3% em fevereiro, ante igual mês do ano anterior – ver Gráfico 2.1. Segundo a CNI, as vendas reais da indústria apresentaram um crescimento de 18,4% em fevereiro, ante o mesmo mês de 1999. O INA da FIESP, por sua vez, registrou uma expansão de 10,8% no período.

Ainda que os meses iniciais de 1999 representem uma base fraca de comparação, o bom resultado da maioria dos indicadores nos primeiros meses de 2000 apontam para a continuidade de um maior dinamismo da atividade industrial. Segundo a CNI, o indicador do nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado atingiu 81,6% em fevereiro, ante os 76,5% de igual mês de 1999.

Na análise da indústria por categorias de uso do IBGE, continuam destacando-se os desempenhos da produção física industrial de bens de consumo duráveis e bens de capital, com crescimento dessazonalizado de 12,3% e 7,5%, respectivamente, em fevereiro, contra o mesmo mês do ano anterior – ver Gráfico 2.2. Estas categorias de uso acumulam no ano taxas de crescimento de 28,7% e 14,9%, respectivamente, ante um crescimento acumulado de 10,7% registrado pela média da indústria.

O desempenho do comércio varejista

De acordo com os dados preliminares da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de março, um crescimento de 2,8% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para o segmento de bens de consumo duráveis, com expansão real do faturamento de 16,8%, no período – ver Tabela 2.1. No acumulado do ano, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma expansão de 7,1% em relação a igual período de 1999. Nesta base de comparação, o destaque de crescimento coube também ao item de bens de consumo duráveis, com uma variação de 15,7% em relação ao acumulado janeiro/março de 1999.

A produção de autoveículos

A recente recuperação do faturamento real do comércio automotivo que acumulou no ano até março um crescimento de 7,8%, contra mesmo período de 1999, tem impactado positivamente a produção de autoveículos. Segundo a Anfavea a produção vem registrando uma recuperação significativa no início do ano: houve um crescimento de 25,4% no acumulado até março, ante igual período de 1999 – ver Gráfico 2.3.

As perspectivas para os próximos meses

Nos próximos meses, a possível continuidade de redução dos juros básicos da economia deverá se refletir em uma expansão do nível de atividade ainda mais expressiva, garantindo um crescimento ainda maior dos postos de trabalho e, finalmente, uma redução da taxa de desemprego. Em março a taxa de desemprego aberto foi de 8,10%, contra os 8,16% de igual mês de 1999.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE

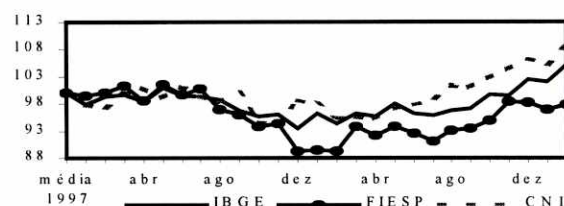


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN DE 1998 = 100

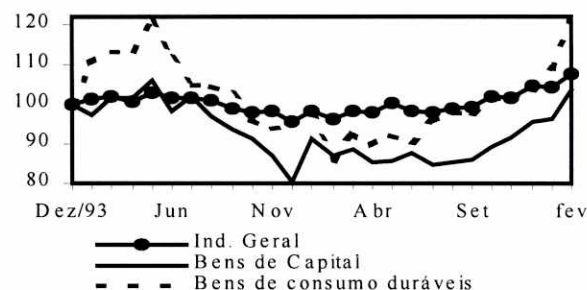
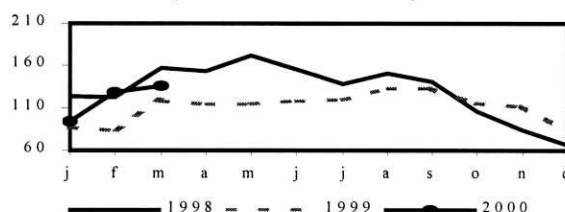


TABELA 2.1
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA(%)

Atividades	Sobre	Sobre	Acum. no
	Fev/99	Mar/99	ano
Comércio geral	-7,5	2,8	7,1
Comércio s/ concessionárias	-5,7	3,5	6,8
Varejo bens de consumo	-5,0	3,6	6,7
Duráveis	-3,5	16,8	15,7
Semiduráveis	-18,9	-26,2	-14,1
Não duráveis	-5,8	-1,5	3,4
Comércio automotivo	-18,6	-6,7	7,8
Materiais de construção	-15,5	0,0	9,5

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)



◆3 - Inflação

A evolução recente dos preços

A despeito das expectativas pessimistas do mercado, no segundo semestre de 1999, quanto à evolução futura da inflação, o comportamento dos preços domésticos registrados no primeiro trimestre desse ano apontou para uma significativa redução da taxa de crescimento dos mesmos, sinalizando, assim, que a inflação permanece com uma tendência de queda e que os efeitos dos choques negativos de oferta – que afetaram a economia brasileira naquele período – já se dissiparam – ver Gráfico 3.1.

Em março de 2000, o IGP-DI, o IPCA e o IPC-FIPE registraram, respectivamente, taxas de 0,18%, 0,22% e 0,23% frente aos 2,53%, 0,95% e 1,48% apresentados no mês de novembro de 1999.

No acumulado em 12 meses, até o mês de março, a taxa de inflação média – medida pela média aritmética do IGP-DI, IPC-FIPE e IPCA – foi de 8,81% frente aos 9,92% registrados até o mês de fevereiro – no mês de dezembro esta taxa era de 12,52% – ver Gráfico 3.2 e Tabela 3.1.

O recuo dos índices de preços em relação ao final de 1999 também pode ser observado através do comparativo do núcleo da inflação neste período, que fornece informações acerca da tendência da inflação ao excluir os preços com alta volatilidade da sua metodologia de cálculo – ver Gráfico 3.3.

É importante destacar que, apesar das taxas de inflação registradas no mês de março terem sido significativamente inferiores aos resultados de novembro, no comparativo março/ fevereiro houve uma certa aceleração da taxa de crescimento dos preços ao consumidor em decorrência, basicamente, do reajuste dos preços de combustíveis.

No curto e médio prazos, a expectativa é que a inflação apresente uma certa aceleração ao longo do segundo trimestre em decorrência da diluição da sazonalidade positiva dos preços de alimentos e vestuário, do aumento

GRÁFICO 3.1
TAXAS MENSAIS DE INFLAÇÃO(%)

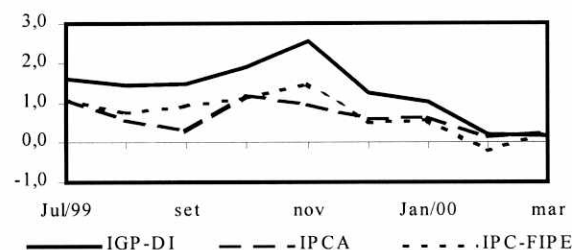


GRÁFICO 3.2
MÉDIA DAS TAXAS ACUMULADAS EM 12 MESES: IPCA, IPC-FIPE E IGP-DI, (%)

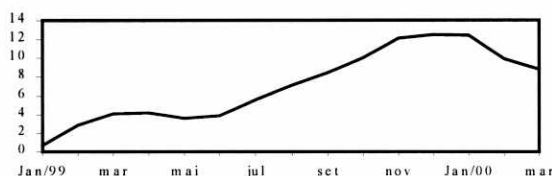
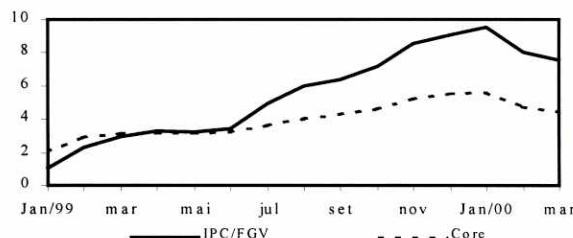


GRÁFICO 3.3
TAXAS DE INFLAÇÃO ACUMULADAS EM 12 MESES(%)



do salário mínimo, do reajuste dos planos de saúde e dos aumentos previstos de tarifas públicas; além do gradual aumento esperado da cotação do dólar concentrado especialmente na segunda metade do ano.

Contudo, esses fatores de pressão inflacionária já estavam, em grande medida, previstos, não sendo capazes de alterar significativamente a atual tendência da inflação.

Neste sentido, o alcance da meta inflacionária estabelecida para este ano de 6%, com um intervalo de ajuste de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, não deverá ser comprometido por estes fatores de pressão inflacionária citados anteriormente. De acordo com as expectativas do mercado, os preços ao consumidor deverão fechar o ano com uma alta de aproximadamente 6% enquanto os preços no atacado deverão ficar ao redor de 7% – ver Quadro de Previsões de Inflação.

O IGP-M em abril

O IGP-M, no mês de abril, registrou uma taxa de inflação de 0,23%, 0,08 ponto percentual superior à alta de 0,15% registrada no mês de março. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 0,04%, 0,45% e 0,69%, respectivamente.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Mês	Índices de preços		
	IGP-DI	IPCA	FIPE
Jan/99	1,97	1,65	-1,53
fev	6,48	2,24	0,01
mar	8,33	3,02	0,81
abr	8,51	3,35	0,66
mai	7,90	3,14	-0,24
jun	8,69	3,32	-0,50
jul	10,84	4,57	1,36
ago	12,64	5,69	3,14
set	14,32	6,25	4,77
out	16,52	7,50	5,93
nov	19,68	8,65	7,98
dez	19,98	8,94	8,64
Jan/00	19,82	8,85	8,71
fev	14,95	7,86	6,95
mar	12,92	6,92	6,60

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal no acumulado janeiro/fevereiro de 2000 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 3,93% do PIB, significativamente abaixo dos 5,57% do PIB de 1999 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 8,39% do PIB no acumulado até fevereiro, contra os 8,70% do PIB em 1999.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,45% do PIB no período, ante um superávit de 3,13% do PIB em 1999. Vale ressaltar o aumento do superávit primário dos governos regionais, que de 0,22% do PIB em 1999, passou para 2,00% do PIB no acumulado janeiro/fevereiro de 2000. Esta melhora decorreu, principalmente, da recuperação do resultado primário dos estados.

As receitas federais em março

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou um crescimento real de 2,7% em março de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. No acumulado no ano até março, a arrecadação apresentou um crescimento real de 1,93%.

Dívida líquida do setor público atinge 44% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo a base monetária – foi de 43,7% do PIB em fevereiro de 2000, ante os 42,6% do PIB observados em dezembro de 1999 – ver Tabela 4.3 e Gráfico 4.1.

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para um ligeiro aumento da participação dos títulos públicos prefixados no total. Esta participação passou de 10%

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1999			2000
	jan-fev	ano	jan-fev	
Nominal	6,12	5,57	3,93	
Governo Central	2,28	2,25	1,80	
Gov. Fed. e Bacen	1,87	2,61	2,18	
Empresas Estatais Federais	0,41	-0,36	-0,38	
Governos Regionais	3,84	3,32	2,13	
Governos Estaduais	3,48	2,57	2,18	
Governos Municipais	0,24	0,44	0,05	
Empresas Estatais Estaduais	0,12	0,27	-0,10	
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,04	0,00	
Juros Nominais	9,60	8,70	8,39	
Governo Central	4,94	5,16	4,25	
Gov. Fed. e Bacen	4,56	4,90	4,16	
Empresas Estatais Federais	0,38	0,26	0,09	
Governos Regionais	4,66	3,53	4,13	
Governos Estaduais	3,36	2,73	3,46	
Governos Municipais	0,67	0,50	0,46	
Empresas Estatais Estaduais	0,61	0,29	0,20	
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,02	0,01	
Primário	-3,48	-3,13	-4,45	
Governo Central	-2,66	-2,91	-2,45	
Gov. Fed. e Bacen	-8,78	-3,20	-2,72	
INSS	6,10	0,91	0,73	
Empresas Estatais Federais	0,03	-0,62	-0,47	
Governos Regionais	-0,83	-0,22	-2,00	
Governos Estaduais	0,12	-0,16	-1,28	
Governos Municipais	-0,43	-0,06	-0,41	
Empresas Estatais Estaduais	-0,49	-0,02	-0,30	
Empresas Estatais Municipais	-0,03	0,02	-0,02	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

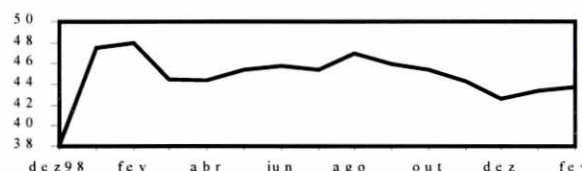
em janeiro de 2000, para 11% em fevereiro – ver Tabela 4.4. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continuam apresentando a maior participação, que atingiu 61% do total em fevereiro. E de esperar que esta participação venha a cair ao longo do ano como resultado das medidas adotadas pelo governo com o objetivo de alongamento do prazo de vencimento da dívida, e da tendência de redução gradual das taxas de juros básicas da economia.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de março de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Fev	Mar	Jan-Mar	Mar00/Fev00	Mar00/Mar99	Jan-Mar00/Jan-Mar99
1999	14393	15076	42053	-	-	-
2000	12961	15481	42864	19,44	2,69	1,93

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

GRÁFICO 4.1
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (1)
(% DO PIB)



Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(fev)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,7	31,8	32,7	34,2
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,3	16,8	16,8	18,1
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,3	35,5	37,7	39,0
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,7	-4,1	-4,0
Renegociação c/ Est. e Mun.	0,0	0,0	0,0	-5,5	-9,5	-12,0	-12,3
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,1	-3,1
Demais contas	-2,0	-1,1	1,6	0,9	-0,4	-1,7	-1,5
Governos estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,5	13,7	14,7	14,9
Renegociação c/ Est. e Mun.	0,0	0,0	0,0	5,5	9,5	12,0	12,3
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,4	1,2	1,2
Dívida bancária	4,5	4,8	4,9	2,6	1,8	1,5	1,4
Demais contas	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,3	9,9	9,5
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	7,6	7,2
Governos estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	0,9
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,3	1,4	1,4
Dívida total/a	26,0	27,3	30,9	31,0	38,1	42,6	43,7
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,2	21,1	24,4	25,3
Governos estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	13,0	14,4	15,6	15,8
Estados	n.d.	n.d.	n.d.	11,2	12,4	13,5	13,7
Municípios	n.d.	n.d.	n.d.	1,8	2,0	2,1	2,1
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,6	2,6	2,6
Federais	n.d.	n.d.	2,5	1,0	0,5	0,4	0,3
Estaduais	n.d.	n.d.	3,2	1,7	2,0	2,1	2,1
Municipais	n.d.	n.d.	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

TABELA 4.4
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

	Total da Dívida fora do Bacen	Índice de Correção					
		Câmbio	TR	Over/SELIC	Pré-fixado	TJLP	Outros
méd97	100	12	9	21	57	1	2
méd98	100	18	5	46	29	0	1
méd99	100	26	4	62	8	0	1
jan99	100	30	5	58	6	0	1
fev	100	30	4	57	7	0	1
mar	100	26	4	68	1	0	1
abr	100	25	4	67	3	0	1
mai	100	25	4	65	5	0	1
jun	100	24	3	64	8	0	0
jul	100	24	3	61	11	0	0
ago	100	26	3	59	12	0	0
set	100	26	3	60	11	0	0
out	100	27	3	58	12	0	0
nov	100	26	3	59	11	0	0
dez	100	24	3	61	9	0	2
jan00	100	24	3	61	10	0	2
fev	100	23	3	61	11	0	3

◆5 - Mercado Financeiro

O mercado de juros

Na última reunião do Copom, o governo decidiu manter inalterada a taxa *Selic* em 18,5% ao ano e eliminou o viés de baixa passando-o para neutro – o que significa que até a próxima reunião, a ser realizada nos dias 23 e 24 de maio, não haverá reduções nesta taxa – ver Gráfico 5.1.

A despeito da trajetória favorável da inflação, dos bons resultados das contas públicas e da recuperação da atividade industrial do país, três foram os fatores que exerceram uma maior influência na decisão do Copom de manter inalteradas as taxas de juros básicas: i) o ambiente externo tumultuado em função da alta volatilidade do mercado acionário norte-americano; ii) o preço do petróleo, que depois de uma queda voltou a ficar volátil; e iii) o desenrolar do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão do Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS).

Neste sentido, torna-se claro que a continuidade da trajetória de redução dos juros domésticos está diretamente atrelada ao comportamento do cenário internacional, já que a manutenção da taxa *Selic* em 18,5% ao ano decorreu, basicamente, de um quadro de incertezas no mercado mundial.

Vale lembrar que os últimos indicadores da economia norte-americana revelaram uma aceleração dos preços em meio a um ambiente de forte crescimento dos gastos com consumo, o que abre espaço para uma nova alta das taxas de juros naquele país com o intuito de conter a aceleração da taxa de crescimento da economia e o seu conseqüente impacto inflacionário.

Dessa maneira, o resultado da próxima reunião do Fed, marcada para 16/05, será de fundamental importância para o Banco Central determinar a trajetória de curto prazo dos juros domésticos - dada a manutenção dos bons resultados no cenário interno.

Sendo assim, a expectativa é que o Banco Central continue cauteloso na administração da taxa de juros básica da economia em virtude do elevado grau de incerteza no mercado internacional e do comportamento da inflação que tende a subir nos próximos meses em função, principalmente, da concentração dos reajustes de tarifas públicas.

No mercado futuro, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para maio, junho e julho fecharam, em 28/04, em 18,73%, 19,14% e 19,28%, respectivamente.

O comportamento do mercado de câmbio

O mercado de câmbio, especialmente na segunda metade do mês de abril, foi pressionado pelas turbulências no cenário externo bem como pela concentração de vencimentos de eurobônus e títulos de empresas privadas emi-

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

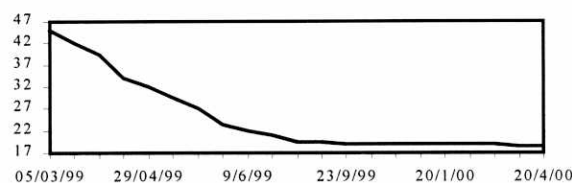


GRÁFICO 5.2
PTAX VENDA (R\$/US\$)

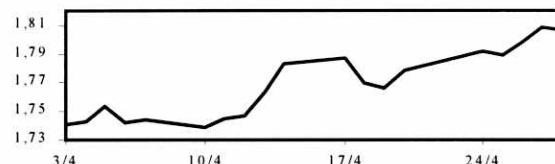
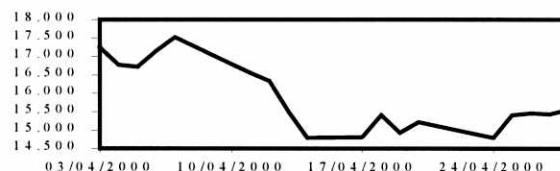


GRÁFICO 5.3
IBOVESPA - FECHAMENTO EM PONTOS



tidos no exterior – ver Gráfico 5.2.

No dia 03/04, a cotação da Ptax (venda) era de R\$ 1,7407. Já no dia 27/04 esta atingiu o patamar de R\$ 1,8083 e fechou o mês em R\$ 1,8067.

No mercado futuro, os contratos de dólar com fechamento em primeiro de junho e julho tiveram em 28/04, uma cotação de R\$ 1,8197 e R\$ 1,8350, respectivamente.

Vale destacar que o bom comportamento dos fundamentos da economia bem como a manutenção de um fluxo cambial positivo tende, por sua vez, a limitar as pressões externas sobre a taxa de câmbio.

Por último, mesmo que o mercado internacional volte ter um comportamento menos volátil dificilmente a taxa de câmbio voltará a cair abaixo dos R\$ 1,75 no curto prazo.

O IBOVESPA

O comportamento recente do IBOVESPA tem mostrado que o mercado de ações do país acompanha muito mais de perto o desempenho do Nasdaq do que os fundamentos da economia brasileira. Neste sentido, os preços dos papeis brasileiros estão longe de refletir as mudanças e melhorias advindas de um plano de estabilização econômica bem-sucedido.

Refletindo a alta volatilidade do mercado internacional, o IBOVESPA fechou o mês de abril com uma rentabilidade nominal negativa de 12,8%. No acumulado do ano, até o mês de abril, o IBOVESPA registrou uma valorização nominal também negativa de 9,1% - ver Gráfico 5.3.

◆6 - Setor Externo

A evolução recente das Contas Externas

Nos primeiros meses desse ano, as contas externas brasileiras vêm apresentando um significativo movimento de recuperação traduzido em uma melhora expressiva do resultado do Balanço de Pagamentos do país comparativamente a igual período de 1999.

No primeiro trimestre deste ano, o Balanço de Pagamentos registrou um superávit de US\$ 3,1 bilhões, assinalando uma acentuada reversão de trajetória frente ao déficit de US\$ 10,5 bilhões registrado no primeiro trimestre de 1999.

Nesta reversão de trajetória do Balanço de Pagamentos registrada no comparativo 1º trimestre 00/ 1º trimestre 99, ressaltou-se a recuperação da conta de capitais, com destaque para os investimentos diretos estrangeiros, bem como a redução do déficit em transações correntes – ver Tabela 6.1.

No tocante às transações correntes, o desempenho da Balança Comercial merece um certo destaque: no 1º trimestre o saldo comercial foi superavitário em US\$ 26 milhões frente ao déficit de US\$ 816 milhões registrado em igual período de 1999.

Nos três primeiros meses do ano em curso, as transações correntes registraram um déficit de US\$ 4,1 bilhões que, por sua vez, foi financiado em sua totalidade pelo ingresso líquido de investimentos diretos estrangeiros que, neste mesmo período, totalizaram US\$ 6,8 bilhões – ver Gráfico 6.1.

É importante ressaltar que o financiamento do Balanço de Pagamentos do país – cada vez mais fundamentado em recursos de médio e longo prazos – sinaliza, por sua vez, uma maior confiança do mercado internacional no potencial produtivo do país.

No primeiro trimestre deste ano, a entrada de recursos para privatização responderam por apenas 8,8% do total dos ingressos de investimentos diretos estrangeiros no período, enquanto que no primeiro trimestre

GRÁFICO 6.1
DÉFICIT EM CONTA-CORRENTE E
INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS
LÍQUIDOS (US\$ MILHÕES)

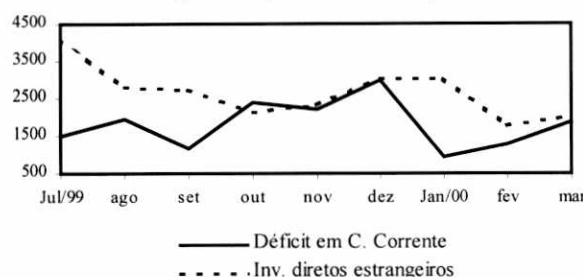
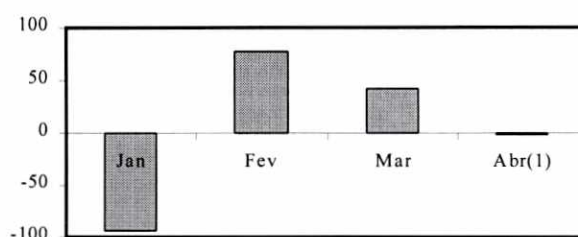


GRÁFICO 6.2
SALDO COMERCIAL (US\$ MILHÕES)



Nota: (1) Acumulado até o dia 23.

de 1999 esta respondia por 51,2% dos mesmos.

A expectativa é que haja uma contínua recuperação das condições de financiamento das contas externas do país em função de uma melhora esperada do resultado em transações correntes – liderada principalmente pelo crescimento das exportações – e da manutenção do elevado fluxo de investimento direto estrangeiro, dados os resultados de um processo de estabilização econômica bem-sucedido.

A Balança Comercial em abril

A Balança Comercial, na terceira semana de abril, voltou a registrar superávit após consecutivos déficits, com um saldo positivo de US\$ 113 milhões – resultante de um valor de exportações e importações de US\$ 872 milhões e US\$ 759 milhões, respectivamente.

No acumulado do mês de abril, até o dia 23, a Balança Comercial brasileira ainda registrava um déficit de US\$ 1 milhão, resultante de exportações de US\$ 2,877 bilhões e importações de US\$ 2,878 bilhões – ver Gráfico 6.2.

Entretanto, no acumulado do ano até o dia 23/04, a Balança Comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 25 milhões, com um valor das exportações e importações de US\$ 14,925 bilhões e US\$ 14,900 bilhões, respectivamente.

TABELA 6.1
BALANÇO DE PAGAMENTOS - US\$ MILHÕES

	1999		2000	
	Mar	Jan-Mar	Mar	Jan-Mar
Balança Comercial	-222	-816	42	26
Exportações	3829	10045	4472	12048
Importações	4052	10862	4430	12023
Serviços	-1959	-5004	-2070	-4518
Juros	-1368	-2858	-1025	-2606
Outros	-590	-2146	-1045	-1912
Transações Unilaterais	233	600	149	420
Transações Correntes	-1948	-5220	-1880	-4072
Capital	250	-5275	2771	7219
Var. hav. curto prazo (= aumento)	1698	10495	-891	-3148

Fonte: Banco Central.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 17% no acumulado em 12 meses até março de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 23%, no período.

O valor das aprovações do BNDES caiu 20% em termos reais no acumulado 12 meses até março de 2000. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 19% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 18% no acumulado em 12 meses até março de 2000. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma redução real de 7% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 3,4 bilhões no acumulado no ano até março de 2000, ante os R\$ 4,0 bilhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de março de 2000 - ver Tabela 7.1. A FINAME registrou uma queda real de 14% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de 11% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 19% das liberações para operações indiretas. Os desembolsos para as operações diretas permaneceram relativamente estáveis em termos reais. Finalmente, a BNDESPAR apresentou uma redução real de 58% de seus desembolsos no acumulado até março de 2000, ante o mesmo período do ano anterior.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até março de 2000, os destaques de queda ficaram com os setores de infra-estrutura e agropecuária, que registraram variações negativas de 29% e 14%, respectivamente, dos seus desembolsos. A indústria de transformação registrou uma redução real de 9% de seus desembolsos no acumulado até março. O setor de serviços apresentou um pequeno crescimento real de 1% de seus desembolsos no período. Em março de 2000, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 55% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1999	2000	Var. %
BNDES	2.423	2.167	-10,6
Op. Diretas	1.052	1.057	0,5
Op. Indiretas	1.371	1.109	-19,1
FINAME	1.292	1.116	-13,6
BNDESPAR	327	136	-58,3
Total	4.042	3.420	-15,4

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até março de cada ano, a preços de março de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

DESEMPENHO					Em %
Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. E ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan 98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4	40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9	30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2	24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan 99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4	-28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0	-30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1	-28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4	-24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0	-15,8
jan 00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9	-8,2
fev	2,4	-25,0	20,7	31,8	-10,9
mar	-14,4	-9,3	-29,0	1,2	-15,4

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part % 2000
TOTAL	4042	3421	-15,4	100,0
AGROPECUÁRIA	343	294	-14,4	8,6
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	2091	1896	-9,3	55,4
METALURGIA	221	475	115,4	13,9
MECÂNICA	205	117	-42,8	3,4
MATERIAL DE TRANSPORTE	738	717	-2,9	21,0
CELULOSE E PAPEL	62	36	-42,2	1,0
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	181	53	-70,5	1,6
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	327	278	-14,9	8,1
OUTRAS	357	219	-38,7	6,4
INFRA-ESTRUTURA	1129	801	-29,0	23,4
SERVIÇOS	397	402	1,2	11,7
OUTROS	83	29	-65,3	0,8

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

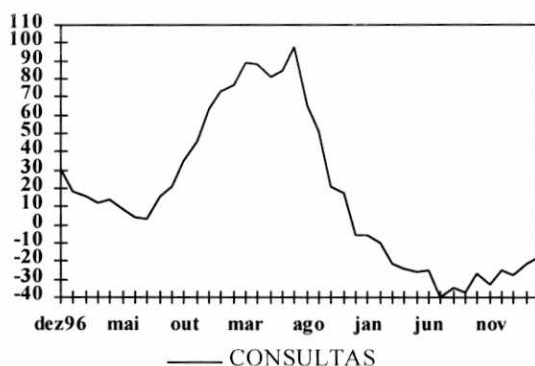
Nota: (1) Acumulado até março de cada ano, a preços de março de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

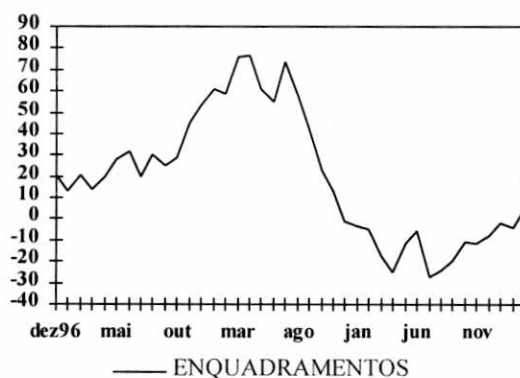


GRÁFICO 7.3

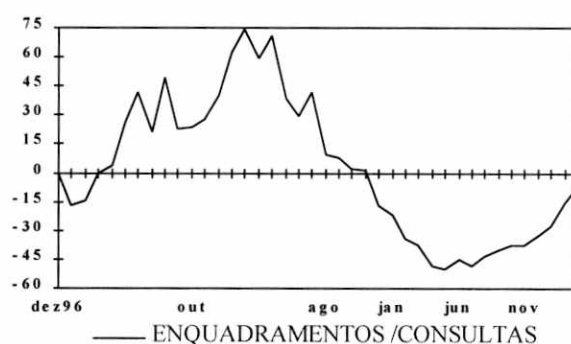


GRÁFICO 7.4

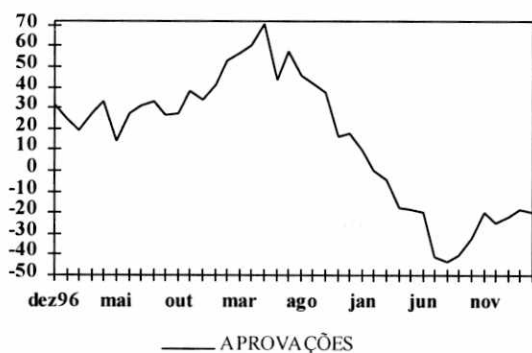


GRÁFICO 7.5

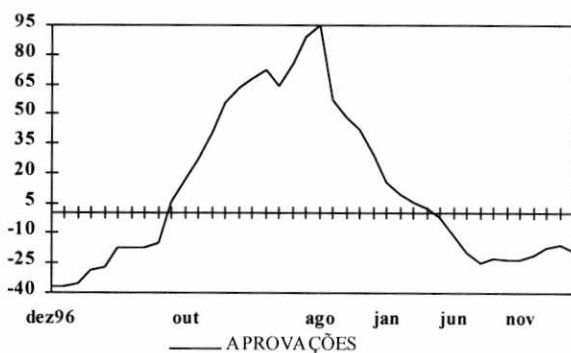


GRÁFICO 7.6

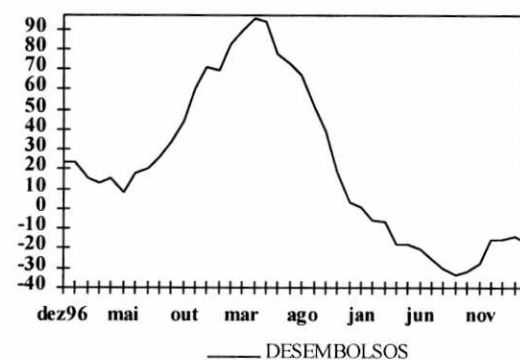
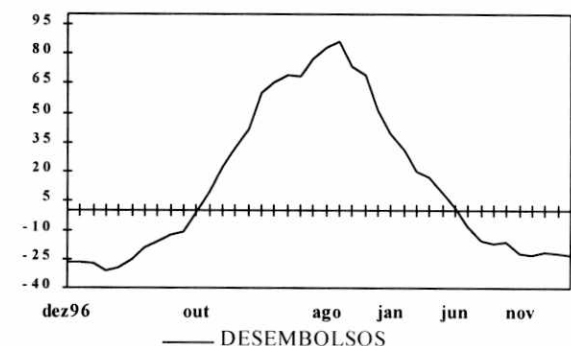


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP - M / FG V			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-1,80	-1,62	-7,10
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	0,52	-1,11	11,59
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	2,30	1,16	18,17

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP (% PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Citibank	3,5	4,0	5,1	5,8	2,6	3,9	2,7	3,1	-	-	3,1	3,0	-3,5	-3,0	54,5	59,2	51,0	53,5	3,5	5,7	-24,1	-24,2
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	3,1	2,7	-4,1	-3,9	52,7	57,3	49,2	50,1	3,5	7,2	-22,1	-20,6
Garantia	2,7	3,8	5,2	6,0	1,4	8,0	2,4	3,1	-	-	3,2	3,3	-4,0	-2,4	54,3	59,6	51,5	55,1	2,8	4,5	-24,1	-25,0
JPMorgan	3,7	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57,6	65,3	53,2	58,1	4,4	7,2	-23,3	-22,0
LCA	3,1	3,5	4,5	3,7	1,0	3,3	2,4	3,0	-	-	3,1	3,3	-3,8	-3,9	54,0	57,6	52,2	52,5	1,8	5,1	-24,9	-23,4
Macrométrica	3,7	5,4	3,7	8,8	1,1	3,9	4,1	3,6	20,3	22,1	-	-	-	-	56,5	62,2	52,6	59,8	3,9	2,4	-22,3	-23,4
MCM Consultores	3,0	4,0	3,6	5,0	1,2	2,7	2,8	3,6	-	-	3,3	3,4	-3,8	-2,6	56,0	61,6	52,7	55,8	3,3	5,8	-23,1	-20,8
Rosenberg	2,9	3,7	4,2	4,5	3,1	5,4	2,2	3,0	-	-	3,0	3,0	-3,5	-2,3	55,0	61,6	53,8	57,9	1,2	3,7	-26,3	-24,3
Tendências	3,1	3,5	4,0	3,7	0,2	2,0	2,8	3,5	20,0	20,5	3,0	3,0	-4,2	-3,6	53,0	56,2	51,0	51,5	2,0	4,7	-22,3	-17,1
MÉDIA	3,3	4,0	4,3	5,4	1,5	4,2	2,8	3,3	20,1	21,3	3,1	3,1	-3,8	-3,1	54,8	60,1	51,9	54,9	2,9	5,1	-23,6	-22,3
DESVIO PADRÃO	0,39	0,56	0,60	1,65	0,92	1,85	0,59	0,27	0,15	0,82	0,09	0,22	0,25	0,65	1,52	2,72	1,32	3,11	1,00	1,47	1,31	2,39

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	mai	jun	jul	2000	mai	jun	jul	2000
Citibank	0,4	-	-	6,5	0,5	-	-	8,0
Chase	0,3	0,6	-	6,2	0,3	0,6	-	7,9
Garantia	0,5	1,0	-	6,0	0,6	0,9	-	7,0
JPMorgan	0,7	0,6	0,6	6,0	0,7	0,6	0,6	6,4
LCA	-	-	-	6,1	0,7	0,8	0,7	7,5
Macrométrica	1,2	0,7	0,7	6,2	0,8	0,6	0,7	7,1
MCM Consultores	0,3	0,6	0,8	5,3	0,3	0,7	0,8	6,7
Rosenberg	0,5	0,6	-	6,2	0,4	0,5	-	6,3
Tendências	0,6	0,6	0,9	5,9	0,5	0,6	0,6	8,2
Média	0,6	0,7	0,7	6,0	0,5	0,7	0,7	7,2
Desvio Padrão	0,29	0,14	0,11	0,31	0,18	0,10	0,06	0,66

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços (%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,71	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,46	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,34	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,24	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,50	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,02	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,12	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,51	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,22	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,02	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,12	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,33	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	1,66	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	-	-	0,23	-	-	-	0,24	1,77	1,81	1,87

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
Acum. no ano	-10,86	0,83	3,72	-1,95	-5,97	-0,98	2,53

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jun98	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,69	9,04	9,81	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr(5)	11,00	-	41,42	11,31	3,48	10,16	9,83	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 05/04/00. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.